

Cultura como campo de ação: uma introdução à teoria da ação simbólica de Ernst Boesch¹

Lívia Mathias Simão²
Universidade de São Paulo

Resumo

Neste trabalho pretendemos trazer ao conhecimento e à discussão os principais aspectos da Teoria da Ação Simbólica de Ernst Boesch. Embora ainda pouco conhecido no Brasil, Boesch é um dos pioneiros da Psicologia Cultural européia, e herdeiro das tradições intelectuais de William James, Pierre Janet, Kurt Lewin e Jean Piaget. Buscamos expor os aspectos principais da concepção de ação de Boesch, tentando explicitar como ela se relaciona indissociavelmente com o conceitos de cultura e com a questão da subjetividade humana. O texto pretende, pois, ser uma oportunidade para reflexão e discussão de como a subjetividade está presente no fazer humano que ocorre na cultura e que, ao mesmo tempo, a realimenta.

Palavras-chave: teorias da ação; cultura; subjetividade.

Culture as action field: an introduction to Ernst Boesch' symbolic action theory

Summary

This work aims to give knowledge and discuss the main aspects of the Symbolic Action Theory of Ernst Boesch. Although not much known in Brazil yet, Boesch is one of the pioneers of The European Cultural Psychology and an inheritor of intellectual traditions of William James, Pierre Janet, Kurt Lewin e Jean Piaget. We will try to explain the main aspects of Boesch's conception of action, also trying to explain how it is linked to the concept of culture and to the issue of human subjectivity in an embedded way. Thus, the text aims to be an opportunity for reflecting and discussing how the subjectivity is present in the human doing, which takes place in the culture and, at the same time, feedforwards it.

Key words: action theories; culture; subjectivity.

Ernst Boesch é um teórico contemporâneo pouco conhecido no Brasil e um dos pioneiros da psicologia cultural européia. Conforme ele mesmo relata em um artigo autobiográfico (Boesch, 1997), nasceu durante a Primeira Guerra Mundial (em 1916), na Suíça alemã, filho de um estilista de moda. Quando criança participava da orquestra da escola e queria ser escritor e músico. Posteriormente, na época da Segunda Guerra Mundial, com a opção, de

muitos escritores alemães que admirava, pelo regime nazista, ele se desilude da idéia de ser escritor e resolve ser médico. A estas alturas, a família tinha empobrecido, principalmente devido às grandes mudanças no mundo da moda, com as crises econômicas de 1920 e 1930. Decide, então, estudar medicina em Genebra, na tentativa de conhecer uma cultura diferente, a francófona. Lá descobre, num quadro de avisos do hall da universidade, a existência do Instituto Jean

1. Texto-base de Mini-conferência apresentada na XXVIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, Ribeirão Preto, outubro de 1998. Parte deste trabalho foi elaborada durante estágio de pós-doutoramento na *University of North Carolina at Chapel Hill*, a convite do Professor Jaan Valsiner, PhD., a quem agradeço especialmente ao fato de ter me colocado em contato com a obra de Boesch. Subvenção: CAPES.

2. Endereço: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, CEP: 05508-900, São Paulo-SP, e-mail: limsimao@usp.br

Jacques Rousseau. Resolve, a partir daí, fazer psicologia, em vez de medicina, atraído tanto pelo programa do curso como pelo fato de que a duração e os custos eram menores que os de medicina. Em seu artigo autobiográfico (Boesch, 1997) comenta o fato de que até hoje fica pensando sobre “a confiança ingênua com a qual embarcou num caminho totalmente desconhecido” (p. 259). Faz o curso de Psicologia durante a Segunda Guerra Mundial e é aluno de Claparède e de Piaget, dentre outros importantes nomes da época. Ao final do curso, Piaget o convida para ser seu assistente, mas ele não aceita, por não se sentir atraído por passar anos trabalhando com experimentos sobre ilusão perceptual em crianças, que era a proposta de Piaget para ele, à época. É convidado, então, para ocupar o lugar de Bärbel Inhelder, como psicólogo escolar numa zona rural da Suíça, enquanto que Bärbel viria para o lugar que Piaget lhe havia oferecido inicialmente. Aceita e, a partir daí, torna-se um especialista em aprendizagem e problemas comportamentais infantis, ao mesmo tempo que se dedica à psiquiatria e psicanálise, também infantis. Em 1951 recebe um convite para lecionar na Universidade de Saarland, na Alemanha, e aceita, especialmente animado pelo fato de ser uma universidade muito cosmopolita, com mais da metade do corpo docente constituída por não alemães. Em 1955 recebe um convite e aceita dirigir o Instituto Internacional para o Estudo da Criança, da UNESCO, em Bangkok, na Tailândia. É nessa época, durante sua estada na Tailândia, que desenvolve sua teoria da ação simbólica, cujos aspectos principais exporemos aqui. Por volta de 1958 volta à Universidade de Saarland, à qual permaneceu ligado até sua aposentadoria.

Intelectualmente, podemos considerar Boesch como herdeiro das tradições de William James, Pierre Janet, Kurt Lewin e Jean Piaget. Sua teoria da ação simbólica se é, por um lado, extremamente criativa, por outro é extremamente fluida e complexa, especialmente quanto aos conceitos interrelacionados que utiliza. Ela exige leitura cuidadosa e uma verdadeira exegese, para ser compreendida em sua complexidade. Em que pesem estes aspectos,

acreditamos que interessa trazê-la ao conhecimento, ainda que rapidamente, num congresso científico, sobretudo porque, à diferença da maioria das teorias da ação, ela focaliza o indivíduo como um ator que age simbólica e emocionalmente, além de racional e concretamente. Além disso, as formulações teóricas de Boesch interessam pela similaridade que guardam com nossa auto-percepção enquanto atores. O que pretendemos aqui é oferecer uma introdução aos aspectos que consideramos nucleares para a compreensão da teoria.

Podemos dizer que a problemática central da teoria da ação simbólica de Boesch é a de “como o indivíduo se desenvolve como conhecedor, pela sua ação, na cultura”.

“Ação” e “cultura”, como veremos, são conceitos indissociavelmente ligados para Boesch e esta ligação se dá através da subjetividade da ação.

Assim, agir é experimentar subjetivamente o mundo e experimentá-lo subjetivamente é dar significado a ele. Subjetivo aqui pode ser entendido como arbitrário, pessoal e único. É o fazer, pensar e sentir próprios do sujeito. A idéia de subjetividade está inclusive ligada à de irrepetibilidade, de construção pessoal e única, de interpretação.

Para Boesch, através de sua ação subjetiva, o indivíduo transforma o ambiente físico e objetivo em ambiente percebido, pensado e sentido, isto é, em uma construção pessoal a ser compartilhada e negociada com outros indivíduos, também construtores. Este processo de construção de conhecimento da realidade ocorre não só para o mundo material, mas também para o mundo das idéias, das pessoas e de si mesmo.

O indivíduo age, então, cognitiva e emocionalmente, e, ao fazê-lo, constrói significados que, na dinâmica dos significados construídos por outros atores, constituirão a cultura.

Antes de abordarmos o conceito boescheano de cultura, é necessário, entretanto, nos determos na conceituação de ação, uma vez que é a pedra fundamental da teoria.

Ação

Para Boesch, “ação é uma atividade dirigida por uma meta, levada a cabo num ambiente específico, utilizando um certo número de técnicas instrumentais que permitem ao ator preencher a lacuna entre a intenção inicial e a realização concreta da meta” (1991, p. 43). Vemos, portanto, aqui a influência de William James, no que diz respeito ao papel da intencionalidade na conceitualização de ação.

Ação é, pois, um conceito mais específico que *comportamento*, uma vez que este último abarca qualquer tipo de atividade, incluindo-se automatismos e reflexos. Além disso, *ação*, diferentemente de *comportamento*, implica sempre em contextualização. Boesch usa o fenômeno de sonhar como exemplo: pode ser tomado como um comportamento, se estivermos nos referindo a ele enquanto função geral, mas será uma ação se estivermos nos referindo a um sonho específico de uma pessoa em uma dada situação (cf. 1991, p. 42).

Boesch distingue quatro constituintes básicos da ação. *Primeiro*, toda ação é constituída por uma *intenção*, a que Boesch chama também de *formação da meta*. Em *segundo* lugar, toda ação envolve um *procedimento*. Em *terceiro* lugar, toda ação envolve o *atingimento ou consumação da meta*, e, em *quarto* lugar, toda ação é *contextual*, implicando um imbricamento na situação.

Além disso, Boesch distingue, esquematicamente, três fases temporais da ação: *fase inicial*, que é o tempo necessário para iniciar a ação; *fase processual*, que é o tempo necessário para desempenhar a ação; e *fase terminal ou de consumação*, que é o tempo necessário para avaliar os efeitos da ação. Conforme ele destaca, esta divisão da ação em fases tem função meramente analítica, auxiliando a enfatizar certos aspectos relevantes para a compreensão do processo de agir (cf. 1991, p. 57).

Fase inicial da ação

Na fase inicial da ação, o indivíduo busca, seleciona e combina condições ambientais existentes, ou então as cria, visando a executar a ação, tal como

planejada por ele. Entretanto, condições externas, somente, não são suficientes para que o indivíduo aja. É preciso, ainda, que ele recorra à sua habilidade e à sua experiência passada, isto é, recorra a *condições internas*. Por isso, somente quando o indivíduo estabelece relações entre condições internas e externas ele será capaz de formar, construir, uma intenção. A formação da meta é, portanto, um processo, isto é, tem uma historicidade, e está calcado em condições internas e externas ao indivíduo (cf. 1991, pp. 49-50).

Entretanto, ao reunir e organizar condições internas e externas para executar uma dada ação, o indivíduo não está apenas estruturando uma situação que lhe permite desempenhar uma ação específica, num momento específico. O indivíduo está, na verdade, estruturando um campo para futuras ações, canalizando-as numa dada direção³. Boesch dá o exemplo de um ceramista que, ao comprar ferramentas, forno, etc., e ao aprender as técnicas do trabalho com o barro, não estará apenas criando condições para fazer um pote de barro, mas sim está, provavelmente, estruturando seu futuro por vários anos. Diz ele: “Em outras palavras, em cada momento de nossa vida nós não somente nos achamos dentro de condições complexas construídas durante nosso passado ou dadas pelo ambiente, mas, a fim de sermos capazes de agir, precisamos fazer seleções dentro dessa complexidade e arranjá-la ou transformá-la com vistas aos nossos propósitos. E esta criação de condições para agir pode servir não apenas para uma única ação planejada, mas pode por este ou aquele caminho estabelecer o curso de toda uma seqüência de ações vindouras” (1991, p. 50).

Finalmente, para a formação da representação de uma meta, é preciso que, ao lado da presença de condições internas e externas, o indivíduo esteja motivado para a ação. Caso contrário, a meta sempre permanecerá no nível das idéias difusas, pouco elaboradas. A intenção, portanto, implica também motivação, no sentido de excitação para agir. Mas, de

3. Vemos aqui a influência de Lewin na noção de campo, que discutiremos mais detalhadamente adiante, quando falarmos de cultura como campo para ação.

onde viria essa motivação? Para Boesch, é a própria qualidade simbólica da meta que determina a motivação para agir: são as imagens que a pessoa faz da meta, imagem esta carregada de valores atribuídos pela pessoa, que a motivam para agir naquela direção. Portanto, o potencial motivacional de uma meta repousa menos em seu conteúdo que nos valores que a pessoa atribuiu àquela meta. “Isto implica que em muitos casos é a qualidade simbólica da imagem da meta que determina principalmente a excitação da meta” (1991, p. 51). Temos aqui, portanto, um dos aspectos da teoria da ação de Boesch em que fica mais evidente o papel da subjetividade: ela estrutura a ação desde seu início. Além disso, trata-se de um aspecto específico da subjetividade humana: a simbolização.

Em conseqüência, Boesch vai enfatizar mais o exame da formação das metas e da antecipação das ações, do que o exame dos antecedentes causais das ações, conforme o faz o modelo da causalidade linear. Talvez pudéssemos dizer que a formação da meta é o próprio antecedente da ação, de modo que Boesch coloca novamente o antecedente “dentro do indivíduo”, isto é, dependente de sua subjetividade⁴. Boesch não nega que a formação de imagens da meta tem certamente seus antecedentes. Mas, para ele, a origem desses antecedentes está muito mais relacionada a uma “avaliação ‘sincrética’ de situações globais, baseada em boa parte no ‘faro’ e ‘intuição’” do que em “constatações conscientes” (1995, p. 81).

O ser humano está constantemente formando imagens de múltiplas metas em conjunção, as quais busca atingir. Trata-se tanto de metas em cadeia, como de estruturas hierárquicas de metas, que o indivíduo tenta atingir equilibrando-as, coordenando-as e ajustando-as entre si. Coloca-se, então, a questão de como o indivíduo escolhe entre metas, como planeja a ação e como atua sistematicamente na tentativa de atingir a meta selecionada (cf. 1991, p.52).

Segundo Boesch, as metas são formadas por três processos básicos, que não se excluem mutua-

mente, mas, pelo contrário, se misturam. São eles: *imitação*, *construção* e *centração*.

Para os três processos, Boesch coloca as seguintes questões: como o indivíduo escolhe a meta (seleção da meta); como ele a estrutura (formação da meta); como ele a integra na sua situação presente (assimilação da meta) e como ele a investe de um “apelo” suficiente para induzir à ação concreta (excitação da meta) (1991, p. 52).

No caso da *imitação*, o indivíduo escolhe um modelo a ser seguido como meta. A presença de um modelo a ser observado e seguido, pode induzir erroneamente à idéia de que se trata de um processo simples. Entretanto, o modelo a ser seguido deve, em primeiro lugar, ser selecionado pelo ator dentre muitos possíveis. Em segundo lugar, os possíveis modelos são, via de regra, polivalentes: incluem aspectos positivos e negativos, simultaneamente, que devem ser ponderados e coordenados pelo ator. Em terceiro lugar, nem todos os aspectos do modelo selecionado podem estar acessíveis à observação, e o ator necessitará preencher as “lacunas”. Assim, ao falar da formação de metas por imitação nas crianças, Boesch dirá que: “o problema para a criança será menos achar o modelo que estruturá-lo e dar a ele um significado pessoal e apelo. (...) Esses processos não seguem regras gerais. (...) enquanto o ‘improvisador’ tem que concretizar progressivamente suas intenções durante a ação, o planejador consciencioso pode ter que corrigir e adaptar suas antecipações às condições encontradas factualmente. Em ambos os casos, será necessária estruturação da meta e, possivelmente, seleção também” (1991, p. 53). Portanto, em todos os momentos da formação de uma meta por imitação, o indivíduo atua subjetivamente.

Mas, nem sempre uma imagem de um objetivo é suficientemente forte para iniciar uma ação, como no caso da formação da meta por imitação. Por isso, a própria formulação da meta e atribuição de valor a ela podem requerer um processo de *construção* de metas em si mesmo. Na *construção* de metas, a decisão sobre uma meta implica avaliação do valor potencial da meta, das possíveis funções da meta no campo de ação do ator, e da “distância psicológica” ou “custo”

4. De maneira oposta, por exemplo, ao behaviorismo, que tentou objetivar ao máximo o antecedente das ações, para objetivá-las também.

da ação antevista pelo ator. Algumas vezes, pode-se acrescer a avaliação do significado de renúncias necessárias de serem feitas em favor de determinada meta. Segundo Boesch, em todo esse processo estão muito mais em jogo regulações e avaliações afetivas que racionais. “Na vida real tais avaliações se dão continuamente. A todo momento de vigília avaliamos nossa situação... Sentimentos de contentamento, *stress*, ansiedade, felicidade, nostalgia ou inadequação exemplificam as formas pelas quais nos tornamos conscientes de tais avaliações. Mas eles demonstram também que as avaliações da situação, antes de se constituírem em juízos racionais, tendem a operar como contínuas regulações de ordem afetiva” (1991, p. 55).

Em síntese, segundo Boesch, as decisões sobre metas são fundamentalmente de ordem subjetiva-afetiva. Nesse processo, é de fundamental importância o apelo que a meta tem para o indivíduo quanto ao papel que ela pode desempenhar no estabelecimento da consistência da relação “eu-mundo”. Isto é, em que medida determinada meta se coaduna ou complementa a relação “eu-mundo” que o ator já vem desenvolvendo. É deste processo, em que a meta é investida de “valor de adequação para a coerência da relação eu-mundo”, que surge o potencial motivacional da meta, que fará o indivíduo agir em direção a ela. Ou seja, o potencial motivacional da meta é, para Boesch, construído subjetivamente. Em suas próprias palavras: “É este sentimento de uma meta se ‘encaixar’ em nossa situação que imbui uma imagem da meta de um potencial motivacional. Este encaixe, como é fácil de imaginarmos, nunca será ‘objetivo’; nem necessariamente cobrirá o que subjaz aos interesses a longo prazo da pessoa, nem será determinado pelas ‘reais’ qualidades da meta. A avaliação, como vimos, é de tipo ‘apelo’ e a relevância da meta, assim como seu valor social, serão influenciados significativamente por qualidades simbólicas” (1991, p.55).

Esta preponderância de aspectos afetivo-emocionais no processo de formação de metas fica ainda mais evidente no caso da formação da meta por *centração*. Na *centração*, a meta é formada através de um apelo súbito, imediato, do objeto sobre o ator,

como, por exemplo, a menina que vê uma boneca e a quer para si, independentemente de quantas bonecas ela tenha em casa. Nas palavras de Boesch, “...aqui não há nenhuma necessidade de escolher uma meta. Em vez disso, ela de alguma forma se impõe; sentimos seu ‘chamado’. No máximo, sentimo-nos compelidos a escolher os meios para alcançá-la ou obtê-la. (...) Nesses casos nós não construímos ou estruturamos valências, elas são imediatamente sentidas” (1991, p. 55). Segundo Boesch estaria envolvido aqui um sentimento de que o objeto – meta (não necessariamente algo concreto ou inanimado) preenche uma lacuna, recoloca no lugar algo que está fazendo falta. “é como se as aspirações relacionadas à avaliação do próprio ego se ‘cristalizassem’ em um objeto ou pessoa” (1991, p. 56).

Nos três tipos de formação da meta existe uma contínua escolha do indivíduo, em que ele, necessariamente, perde algo em favor de ganhar outro algo. Este processo pode ser agradável ou penoso. Aqui, o papel do devaneio é relevante, na medida em que se torna um substituto da ação real, que pode ser ameaçadora, muito difícil ou frustrante. O devaneio pode também ser apenas um momentâneo meio de pospor a ação, uma forma de levar a novas formas de ação, ou pode ser, ainda, doloroso. De toda forma, está aqui, uma vez mais e fortemente, o papel da subjetividade na fase inicial da ação.

Em síntese, para Boesch, os passos de ação instrumentais para a formação de metas, qualquer que seja o tipo de processo, são orientados por valores afetivos, bem como estéticos e morais (culturais, portanto), além da racionalidade. “Os passos de uma ação, embora sua instrumentalidade possa estar em primeiro plano, devem também obedecer a outros critérios – de custo, estilo, moralidade, elegância, beleza...” (1991, p. 57).

Fase processual da ação

O aspecto mais relevante da fase processual é a *regulação* entre meios e fins da ação. Ao anteciparmos um objetivo criamos uma “imagem do que deve ser” (*valor que deve ser*) ou um padrão imaginário. Entretanto, o objetivo atingido praticamente nunca

corresponde ao padrão imaginário, mas a um *valor que é*. A cada passo de ação o ator percebe desvios entre *o que é e o que deveria ser*. Na ação estamos constantemente tentando diminuir esta diferença entre os dois tipos de valor, e nossa satisfação ou insatisfação expressa o quanto conseguimos diminuí-la.

Boesch toma a noção de regulação de Pierre Janet: regulações são chamadas de *ações secundárias*. Através da *ação secundária de regulação*, o indivíduo busca garantir ao máximo a execução da ação principal, que é chamada de *primária*. A ação primária seria aquela cuja meta é, por assim dizer, o alvo principal do processo em dado momento. Assim, a função da ação secundária de regulação é corrigir desvios do curso da ação primária, buscando maximizar as possibilidades de atingimento do alvo principal. Ou seja, buscando reduzir a distância entre o *valor que é* e o *valor que deve ser* da meta. Ainda na trilha de Janet, Boesch postula que essas regulações se dão através do aumento ou diminuição da energia emocional que é investida na ação, mas adiciona que para esse processo concorrem igualmente regulações em que está em jogo a cognição, chamadas regulações estruturais. Além disso, Boesch coloca que essas regulações são acomodações e adaptações, ligando-as, ainda que implicitamente, à idéia de *equilíbrio piagetiano*.

Durante o curso de uma ação, a representação e o valor de uma meta podem se alterar. Um dos exemplos dados por Boesch é o fato de que o esforço despendido para atingir uma meta pode aumentar seu valor, mas a fadiga pode diminuí-lo. Assim, a ação concreta continuamente “cria novas situações, produz nova informação, requerendo adaptações e avaliações; procedimentos são tentados e possivelmente melhorados, e desse modo a própria imagem da meta pode mudar” (1991, p. 59). Ou seja, o agir “em si” modifica não só o meio ambiente, mas também a própria estrutura motivacional do ator.

Finalmente, Boesch vai destacar a contextualização interativa e cultural da ação: “As ações nunca são ocorrências isoladas, mas estão sempre localizadas num campo mais amplo de obrigações, interesses e interações” (1991, p. 60). Por isso, “O grau de

manutenção do objetivo, por um lado, e a flexibilidade das ações adaptativas à experiência em curso, por outro, mostrarão provavelmente marcantes diferenças tanto individuais como culturais” (1991, p.59).

Fase terminal da ação

Para Boesch podemos considerar uma ação terminada quando ocorre uma das seguintes possibilidades: o indivíduo *acredita* que atingiu a meta, ele *acredita* não ser capaz de atingi-la ou ele não tem *vontade* de atingi-la. Trata-se, portanto, uma vez mais, da subjetividade atuando como critério de decisão do ator, critério este que é incorporado na própria teoria.

A decisão do ator baseia-se, segundo Boesch, na avaliação da proximidade ou divergência entre a imagem da meta e o efeito concreto da ação. Há limites de tolerância para a divergência entre o esperado e o conseguido e o grupo social tem importante influência nessa avaliação.

A avaliação do curso de uma ação pode resultar em continuá-la ou interrompê-la. Da mesma forma, a avaliação de uma ação considerada terminada pelo ator pode resultar em iniciar nova ação ou não. O relevante é que, em qualquer desses casos, essa decisão baseia-se tanto em fatores racionais quanto emocionais, sincreticamente combinados, a que Boesch chama “apelo”.

Tanto o sucesso como o fracasso experimentados do ponto de vista do ator regulam o contínuo fluxo da ação, diminuindo ou aumentando o potencial subjetivo para a ação futura, respectivamente. “Assim, aqui também, a emoção funciona como reguladora da ação, no sentido de Janet, e como uma qualidade de consciência indicando o potencial de ação do indivíduo em relação a uma dada situação” (1991, p. 61).

Ações práxicas e referentes

Em sua complexa teoria da ação simbólica, Boesch vai distinguir também entre ações *práxicas* e *referentes*, que corresponderiam, grosso modo, à distinção entre ações encobertas e manifestas.

Boesch chama de ações *práticas* ou *externas* às ações praticadas com a participação manifesta da motricidade esquelética e que visivelmente transformam aspectos materiais da realidade.

As ações que são praticadas sem quase nenhuma manifestação externa, Boesch chama de *internas*, *imaginárias* ou *referentes*, na medida em que seu conteúdo se refere a realidades não presentes. As ações *referentes* podem ser levadas a cabo sem nenhum componente prático notável, mas todas as ações *práticas* implicam participação imaginária.

As ações *práticas* são públicas: transformam a situação objetual, afetando o interesse e a atenção de outros atores, como também implicam comunicação, intencional ou não. Por isso, são mais sujeitas às regras sociais que as ações internas e tendem a ser mais controladas pelo próprio indivíduo. Além disso, a ação *prática* tem que se ajustar às coerções factuais, materiais ou sociais.

Boesch toma como paradigma de ações *referentes* a ação de *relatar*. Ela pode ser considerada uma ação *prática*, na medida em que ela é desempenhada de maneira manifesta. Entretanto, seu impacto material é mínimo, uma vez que ela não lida com objetos, mas com idéias e imagens. *Relatar* é uma ação manifesta que se refere a realidades não de fato presentes, usando como instrumento a linguagem. O objetivo que busca atingir é psicológico (induzir imagens no ouvinte) e as operações dizem respeito a imaginações, não a objetos.

As ações *referentes* possibilitam a economia de ações *práticas* porque o indivíduo faz as tentativas e ajustes necessários na imaginação. Além disso, as ações *referentes* reduzem a “resistência” da realidade exterior, introduzindo novas possibilidades de ação. Entretanto, a ação referente ou imaginativa pode também ter um efeito frustrante quando o ator não consegue transformar a imaginação em realidade factual, havendo impacto na avaliação da relação “eu-mundo”.

Mas a ação imaginativa não é apenas uma replicação da ação concreta: ela seleciona e transforma aspectos da realidade de acordo com as emoções e sentimentos do ator. Ela dá ao indivíduo

possibilidade de transformar aspectos da realidade de uma forma que não é possível na ação *prática*. Dá, portanto, uma potencialidade de ação que não existe na ação *prática*.

Especificamente quanto à ação comunicativa, Boesch aponta para o fato de que ela pressupõe imaginação, imagens internas, pensamentos, memórias.

Um dos objetivos da ação comunicativa é influenciar a imaginação do outro ator, devido à necessidade de *coordenação* da ação. Isto é, para que o ator e o interlocutor cooperem entre si, coordenem suas ações, é necessário, que ambos tenham também imagens de objetivos coordenadas entre si. Outro objetivo da ação comunicativa é *informar* o outro ator, a fim de compartilhar com ele a mesma visão de mundo, de modo que as ações de um sejam aprovadas pelo outro (aprovação social). Os pedidos de informação para o outro teriam, basicamente, a mesma função.

Boesch salienta ainda que, diante do objetivo da comunicação ser coordenar e harmonizar os participantes sociais, a ação comunicativa não pode se reduzir à tradução de mensagens internas de um ator para outro. Para evocar no outro ator as mensagens apropriadas, a comunicação deve levar em conta a situação, as tendências para ação e os valores do outro.

Assim, segundo Boesch, a ação tem sempre uma aparência manifesta e um conteúdo encoberto. Além disso, a ação tem sempre como propostas tanto atingir metas como estruturar o mundo. Disso resulta que “a ação e a visão de mundo são processos de *feedback* inextricavelmente relacionados” (1991, p. 103), porque, ao modificar a visão de mundo, a ação modifica também as próprias condições para outras ações.

Como já mencionamos de início, ao agir cognitiva e emocionalmente, o indivíduo constrói significados que, na dinâmica dos significados construídos por outros atores, constituirão a cultura. Mas, se por um lado, a ação subjetiva do indivíduo constrói cultura, por outro lado, a cultura regula a ação individual. Assim, o meioambiente transforma-se, na concepção teórica de Boesch, no que ele definirá como “campo de ação”.

Cultura como campo para a ação do indivíduo

Boesch chama de “campo de ação” todas as oportunidades e condições que uma cultura oferece às pessoas que dela fazem parte, independentemente do fato da pessoa ter ou não consciência de que aquelas condições estão em vigor. Como aponta o autor, seu conceito de “campo de ação” é bastante próximo ao de “espaço de vida”, de Lewin. Há, entretanto, segundo Boesch, duas razões pelas quais ele não utiliza o conceito lewiniano para desenvolver sua teoria. Primeiro, porque, em Lewin, a pessoa e o ambiente psicológico estão separados conceitualmente, enquanto que para ele, Boesch, a ação sempre implica indissociavelmente ambos, o ator e a situação (cf. 1991, p. 31). A segunda razão de divergência com o conceito lewiniano é que, para Lewin, aquilo que o indivíduo não conhece, não existe em seu campo de ação. Entretanto, para Boesch: “... a cultura pode oferecer possibilidades das quais um indivíduo não está consciente. Parte do crescimento do indivíduo em sua cultura consiste precisamente em *descobrir* tais possibilidades de ação desconhecidas – provavelmente sem nunca descobrir todas elas. (...) a descoberta de possibilidades de ação *desconhecidas* também pertence ao processo de crescimento” (1991, p. 32).

Temos, assim, a formulação de como a cultura desempenha a função de campo para a ação do indivíduo. Entretanto, conforme salienta Boesch, “Cultura... é um constructo. Ninguém nunca viu ou mediu uma ‘cultura’. O que vemos e estudamos são ocorrências únicas e comportamentos que parecem exibir regularidade dentro de um grupo, e parecem estar interrelacionados com outros ‘itens’ na forma de quase-leis” (1991, p. 37).

Nessa medida, a cultura como campo de ação é, na verdade, uma espécie de espaço de ação coletivo constituído pela combinação de espaços de ação individuais. *Espaço de ação individual* é o “espaço objetivo preenchido com significados e arranjado de acordo com eles” (1991, p. 30). É necessário, entretanto, atentarmos para a noção de espaço objetivo de Boesch. Segundo ele, “vivemos em um meioambiente biogeográfico, objeto de estudo da geografia e da biologia. Este meioambiente constitui

o mundo *objetivo* que, evidentemente, também é estruturado mentalmente pelos seres humanos. Esta estrutura não contém nem a totalidade do mundo cognoscível, nem suas qualidades “absolutamente objetivas”; pelo contrário, sendo um modelo consensual, ela é sujeita a ajustamentos, complementos e modificações continuadas” (1995, p.54). Portanto, para Boesch, à maneira construtivista, o mundo objetivo é um mundo construído pelo sujeito, isto é, um modelo mais ou menos compartilhado com outros sujeitos. Ao longo de seu texto, pelo que depreendemos, Boesch *utiliza espaço objetivo, mundo objetivo e meio-ambiente* como sinônimos.

Por isso, a combinação de espaços de ação individuais num espaço coletivo, formando a cultura, não é uma mera justaposição, mas implica um entrelaçamento dinâmico de espaços individuais. Em contrapartida, cada espaço de ação individual não pode prescindir da interação com os espaços de ação de outros indivíduos: “Não posso construir meu espaço de ação sem coordená-lo com os de outros (...) o espaço individual de ação não é derivado simplesmente de nossa experiência de ação, mas da experiência interativa” (1991, p. 30).

Como acabamos de indicar, Boesch define *espaço de ação individual* como sendo um “espaço objetivo preenchido com significados e arranjado de acordo com eles. Esses ‘significados’, de fato, adicionam uma dimensão não espacial ao nosso ‘ambiente’. Um conteúdo espacial pode ser uma casa, cujo significado é abrigar a privacidade (...) ‘espaço de ação’ engloba aquelas áreas espaciais que usamos para desempenhar ações cujos propósitos estendem-se além dos espaço. Essas possibilidades não espaciais (...) para ação dizem respeito ao nosso corpo, às nossas relações sociais, ao nosso trabalho e prazer, às nossas dúvidas e liberdades, às nossas necessidades espirituais. Assim, o espaço de ação é algo como um receptáculo para estruturas de ação que são, no todo, ideacionais” (1991, pp. 30-31).

Portanto, não é o espaço físico “em si”, que está em jogo aqui, mas sim a concretude do meio ambiente *revestida de significado e historicidade*. Boesch está tratando aqui, portanto, da questão fundamental da passagem do mundo concreto ao mundo das idéias. Ou seja, como a pessoa, imersa na

concretude da realidade, vive, na verdade, em um mundo ideacional. Esta passagem do concreto ao ideacional se dá através da ação. O significado do mundo concreto emerge da ação contextual do indivíduo dirigida ao mundo, porque os objetos passam a ser agrupados conforme o significado da ação a eles dirigida. Portanto, se o significado da ação dirigida a um objeto muda, o significado do próprio objeto também muda. Por exemplo, conteúdos concretos tais como “casa”, “jardim” ou “carro” são objetos de ações, isto é, o indivíduo pratica ações dirigidas a eles. Ao fazê-lo, acaba por agrupá-los conforme o significado da ação a eles dirigida. Formam-se assim núcleos de objetos cujo significado é interrelacionado. Tomando um dos exemplos dado por Boesch, conteúdos tais como “lar” seriam construídos pela criança a partir de suas ações dirigidas à sua própria casa, e aglutinando, ao mesmo tempo, objetos tais como “carro”, “rua”, “jardim”, pela interrelação de significados a eles atribuídos (cf. 1991, p.33).

Assim, os conteúdos do “mundo concreto” são investidos de significado porque são parte das ações subjetivas do indivíduo, quer como objetos daquelas ações, quer como alvo delas. Dessa forma, os conteúdos materiais, quando já no âmbito do “campo de ação”, passam a ter seu significado intrínseco, isto é, além de serem percebidos em sua concretude, por assim dizer, já passaram a ser também sempre conteúdos mentais. Como a formação do “campo de ação” é um processo contínuo na vida de cada pessoa e de todas as pessoas, decorre que “uma distinção entre ‘natureza’ e ‘cultura’ seria muito artificial: uma árvore, um rio, uma montanha ou mesmo uma nuvem, embora não sejam feitos pelo Homem, guardam seus significados peculiares a uma cultura, bem como aos indivíduos” (1991, p. 34).

Mais especificamente, a atribuição de significado aos objetos se dá, segundo Boesch, na interação do indivíduo com o meio ambiente, de acordo com as operações mentais complementares de *acomodação* e *assimilação*, conforme a teoria do conhecimento piagetiana. Boesch salienta que ambas as operações – assimilação e acomodação – são, evidentemente, construtivas. Levando a teoria piagetiana mais

adiante, Boesch vai argumentar que esse processo de construção de conhecimento da realidade ocorre não só para o mundo material, mas também para o mundo das pessoas, das idéias e de si mesmo (cf. 1991, p. 34). Boesch introduz, assim, em seu corpo teórico, a construção ontogenética e cultural da auto-identidade e do outro social.

Em síntese, segundo Boesch, “os múltiplos conteúdos do campo cultural de ação formam parcialmente estruturas materiais, parcialmente resultam de transmissão social de várias formas, mas eles sempre implicam processos individuais de estruturação; por meio deles eles se tornam conteúdos mentais. Mesmo ‘dados’ sociais, tais como as regras de um jogo, são aprendidas em estágios característicos...; o mesmo se aplicaria a regras morais... Somente quando este processo de aprendizagem se completa é que o indivíduo será capaz, ele próprio, de se tornar um agente de transmissão social (1991, p. 35). Boesch estabelece, assim, uma intrínseca relação entre os conceitos de ontogênese, aprendizagem e historicidade.

Dado o que expusemos até aqui sobre a relação indivíduo – cultura, decorre então que a funcionalidade da cultura é ser *reguladora* da ação. Isto porque ao agir cognitivamente e emocionalmente, o indivíduo constrói significados que, na dinâmica dos significados construídos por outros atores, constituirão a cultura. Esta, por sua vez, atuará como campo de ação do indivíduo, indicando objetivos e oferecendo oportunidades para ação. Mas, por outro lado, a cultura também indicará limitações para a formação de objetivos e para a execução da ação, estabelecendo zonas de tabu e apontando para perigos e barreiras.

Entretanto, a cultura enquanto campo de ação do indivíduo, não só prescreve e circunscreve possibilidades de ação, mas também lhe possibilita opções para diferentes ações, dentro de certos limites, os quais Boesch chama de “zonas de tolerância”, e sem as quais a inovação e a invenção não teriam lugar (cf. 1991, p. 36). Ao ter oportunidade de diversificar sua ação, o indivíduo pode construir novos objetos concretos e mentais, colaborando, eventualmente,

para a modificação de seu próprio espaço de ação, isto é, de sua própria cultura. Boesch aponta para o fato da existência, par a par, das mudanças e da estabilidade cultural. Entretanto, segundo ele, talvez pelo fato das mudanças serem imprevisíveis, elas são subestimadas em sua importância. Este aspecto é relevante na medida em que a mudança não é, segundo a teoria, um “distúrbio” na natureza de constância da cultura. Na verdade, mudança e estabilidade são aspectos complementares, pois uma das funções da cultura é justamente estabelecer um equilíbrio entre forças de continuidade e de transformação (cf. 1991, p. 37). Dado o aspecto de construção e irrepetibilidade inerente à noção de “cultura”, o conceito encerra, evidentemente, não apenas a idéia de estrutura, mas igualmente a de processo.

Podemos considerar a própria definição de cultura, dada por Boesch, como uma síntese do que expusemos até aqui: “A cultura é um campo de ação, cujos conteúdos vão desde objetos feitos e usados pelos seres humanos até instituições, idéias e mitos. Sendo um campo de ação, a cultura oferece possibilidades mas, na mesma medida, estipula condições para a ação; ela circunscreve metas que podem ser conseguidas por certos meios, mas estabelece limites, também, para ações corretas, possíveis e

desviantes. (...) Como um campo de ação, a cultura não apenas induz e controla a ação, mas também é continuamente transformada por ela; portanto, a cultura é tanto um processo como um estrutura” (1991, p. 29). Considerando-se a cultura como uma construção humana, podemos então dizer que o próprio Homem constrói, coletivamente, as possibilidades e limites para sua própria ação.

Em síntese, a teoria da ação simbólica de Boesch diz respeito à passagem do mundo concreto ao mundo das idéias, o que é feito graças à ação contextual dirigida ao mundo, regulada pela cultura. Esta ação imprime significado aos objetos, através dos processos de assimilação e acomodação piagetianos, aspecto este que seria tema para outra comunicação.

Referências bibliográficas

- Boesch, E. E. (1991). *Symbolic action theory and cultural psychology*. Berlin / New York: Springer.
- Boesch, E. E. (1995). *L'Action Symbolique - Fondements de Psychologie Culturelle*. Paris: Éditions L'Harmattan.
- Boesch, E. E. (1997). The story of a cultural psychologist: Autobiographical observations. *Culture & Psychology*, 3 (3): 257-275.